

## **A Psicologia e as pessoas transgêneras: Como os graduandos percebem essa população e estão sendo preparados para atendê-la?**

Bibiana Christofari Hotta<sup>1</sup>

Fernanda Seib Gomes<sup>2</sup>

Aline Da Silva Piason<sup>3</sup>

**Resumo:** A área da saúde, em sua história, pouco importou-se com a visão transgênera sobre sua própria identidade, impondo à essas pessoas uma perspectiva patologizante e excludente (Crocq, 2022; Bauer, 2017), criando dinâmicas de poder e dependências crielistas (Vieira et al, 2019). No Brasil, um país essencialmente patriarcal e heteronormativo, reproduzimos culturalmente diversos estigmas sobre essa população, com violências físicas e simbólicas (Ruiz, 2019), o que segundo Araújo e Theophilo (2019), não é combatido nos cursos de graduação, já que esse é um assunto raramente debatido nestes espaços. Portanto, o psicólogo que atende uma pessoa transgênera acaba lidando com questões políticas e polêmicas, sendo importante para este ter noção de seus valores, preconceitos e crenças (Araújo & Theophilo, 2019). Com isso em mente, o presente artigo propõe uma pesquisa qualitativa de entrevista semi-estruturada com dois grupos focais, um com estudantes da metade inicial do curso de Psicologia e um com a metade final, a qual será gravada e posteriormente transcrita para a realização de uma análise de discurso, com a intenção de compreender o quanto esses futuros profissionais estão inteirados na temática, quais suas crenças e perspectivas e como a graduação está afetando esse cenário. Inicia-se com uma apresentação de termos e das principais questões abordadas, de forma a introduzir o assunto para aqueles que não estão inseridos no meio de discussões à cerca da identidade de gênero, e segue-se abordando quanto à questões específicas que moldam o cenário atual do cuidado em saúde mental, justificando a importância da pesquisa e descrevendo por fim o projeto.

**Palavras-chaves:** psicologia; transgênera; patologização; curso de graduação; qualitativo

### **1 INTRODUÇÃO**

Segundo Jesus (2012), a diferença que percebemos entre homens e mulheres é, grandemente, seu gênero. O gênero, diferente do sexo que é biológico, é social, como somos ensinados a agir desde nosso nascimento "Mulheres de

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Cesuca. E-mail: bibianachristofari@gmail.com

<sup>2</sup> Discente do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Cesuca. E-mail: Fernanda.seibgomes@gmail.com

<sup>3</sup> Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Cesuca. Doutora em Psicologia. E-mail: alinepiason@cesuca.edu.br

países nórdicos têm características que, para nossa cultura, são tidas como masculinas. Ser masculino no Brasil é diferente do que é ser masculino no Japão ou mesmo na Argentina" (p. 8) e não é relacionado com a sexualidade.

Quando possuímos um gênero congruente ao esperado pelo nosso sexo, somos cisgêneros. Aquelas que não se identificam com o gênero que foi determinado são chamadas de transgêneras (trans). Essa identidade não possui caráter patológico, não tem relação com a orientação sexual e não é uma escolha.

A população transgênera possui diversas particularidades devido ao seu status social, como o preconceito vivenciado desde o início da socialização dessas pessoas no contexto familiar ou educacional, que percebendo a inadequação do indivíduo transgênero aos papéis sociais determinados por seu gênero designado no nascimento força-o ou castiga-o. Além disso existe a escassez de serviços médicos e sociais para esta população, e a discriminação vivenciada na sociedade geral que afeta sua saúde mental, gerando estresse, depressão e até mesmo ideação suicida (Araújo & Theophilo, 2019).

De acordo com Vieira et al (2019), a sociedade ainda reproduz a lógica cisnormativa com três elementos chave: A pré-discursividade (discurso cisnormativo visto como natural e anterior às dinâmicas socioculturais), a binariedade (já que natural, a cisgeneridade de um masculino e feminino binários e opostos é vista como rígida e como um destino do ser normal) e a permanência (a ideia de que ir contra o destino normal da cisgeneridade binária seria patológico). Ainda segundo os autores, na área da saúde (incluindo-se a psiquiatria e a psicologia) as políticas e discursos são feitos majoritariamente por pessoas cisgêneras, imprimindo sobre os corpos trans em seu acolhimento sua própria perspectiva cisnormativa, até mesmo distinguindo quais corpos trans são “certos” ou “errados”, muitas vezes patologizando a experiência transgênera.

Pautar despatologização das identidades trans desarticula não só uma rede de poder e um conjunto de dispositivos de governamentalidade, como também desorganiza lucrativos nichos de mercado. Aqui podemos pensar que alguns elementos produzem relações de tutela e dependências que geram dinâmicas clientelistas entre pessoas trans e determinados “especialistas” psicólogos que se pautam desde seus próprios saberes, como imprescindíveis a qualquer transição de gênero. Saúde mental vendida como mercadoria é elemento que interpela as vivências trans, mas que, em tempos de acirramento de lógicas liberais, atravessa toda uma composição das ferramentas psi (Vieira et al., 2019, p.165).

A patologização das identidades trans passou a ser grandemente difundida com o avanço das ciências naturais, sendo geralmente confundidas com questões de sexualidade. O psiquiatra Krafft-ebing, por exemplo, descrevia as identidades transgêneras como paranoias ou os casos mais severos da chamada "inversão sexual" (Crocq, 2022).

Magnus Hirschfeld, médico alemão, foi o primeiro a distinguir as questões de sexualidade e gênero. Ele foi o responsável por fundar duas instituições apoiadoras de minorias sexuais, inclusive empregando pessoas transgêneras em uma delas (Crocq, 2022). O seu Instituto de ciência sexual é considerado o primeiro a possuir arquivos relacionados à sexologia moderna, na época também servindo como um espaço seguro para homossexuais e indivíduos trans (Bauer, 2017).

Através de sua colaboração com o endocrinologista austríaco Eugen Steinach, passou a pesquisar os efeitos físicos e comportamentais dos hormônios sexuais. Hirschfeld é responsável pela primeira cirurgia de transgenitalização, na paciente Dora Richter em 1931 (Crocq, 2022). Perseguido pelo regime nazista, Hirschfeld fugiu para a Dinamarca e seus estudos foram majoritariamente destruídos e perdidos (Crocq, 2022). Embora revolucionário para a época, os trabalhos de Hirschfeld estavam perpassados por ideias eugenistas e radicais feministas, dando ênfase por exemplo na experiência transmasculina como fruto apenas do desejo das mulheres de obterem independência econômica e social (Bauer, 2017).

A lógica de empregabilidade e assistência do instituto também perpetuava estereótipos de gênero, heteronormatividade (embora Hirschfeld fosse homossexual), puritanismo e classicismo com o intuito de criar uma imagem do "travesti respeitável". Também no Instituto, trabalhou o cirurgião Gohrbandt, que depois operaria sob o regime nazista escrevendo vários trabalhos em que se percebe sua visão sobre a redesignação sexual de Dora Richter como uma experimentação, ao invés de um serviço médico (Bauer, 2017).

Há noção de que as pautas sobre os estudos de gênero surgiram com movimentos políticos e sociais desde os anos 60, mas no Brasil foram se desenvolvendo e ganhando visibilidade a partir dos anos 70 e 80. Muito desse movimento se deu por conta da influência da participação das mulheres nas lutas libertárias, através dos questionamentos sobre os papéis que desempenhavam na sociedade, o que veio a desencadear as discussões acerca da temática de forma geral (Silva et al., 2015).

Nos anos 80 o então DSM-III (Manual diagnóstico e estático de transtornos mentais) incluiu pela primeira vez o transexualismo como patologia após a retirada do homossexualismo, sob o nome de Transtorno de Identidade de gênero (TIG), definido como "a incongruência entre o sexo anatômico e a identidade de gênero". No TIG, é feita uma relação entre a transexualidade e a homossexualidade, e sua existência é atribuída a experiências adversas com os pais na infância (Preu, 2019).

O DSM-IV mantém o diagnóstico de TIG com algumas ampliações e modificações, estabelecendo quatro critérios diagnósticos (Preu, 2019). Judith Butler (2009), argumenta em relação ao diagnóstico de TIG que a existência do transtorno é tanto utilizada a favor quanto contra a autonomia dos indivíduos trans. Por um lado, o diagnóstico é utilizado como uma validação que justifique o acesso a hormonização e cirurgias sem que estas sejam reconhecidas como "eletivas", mas por outro também é utilizado como uma descredibilização das identidades trans e até mesmo das sexualidades não heterossexuais. Segundo a autora "Ninguém é encaminhado para um psiquiatra ao anunciar seu propósito de cortar ou deixar crescer o cabelo, ou de iniciar uma dieta, a menos que haja o risco de anorexia". (p. 108).

Em 2013 é publicado o DSM-V, ainda utilizado atualmente. Nele, o diagnóstico de TIG é substituído pela Disforia de Gênero, agora retirando a patologização da identidade do indivíduo. Ainda assim, o diagnóstico interpreta que a maneira que um indivíduo deve agir está baseado em seu órgão reprodutor, associando o comportamento relacionado ao seu gênero designado no nascimento diretamente com o sexo (meninas brincam de boneca, meninos gostam de brincadeiras agressivas). O DSM-V também inclui na Disforia de Gênero a existência de identidades não binárias, mas sem aprofundamento ou explicação de forma que acaba perpetuando o entendimento da transexualidade como binária (Preu, 2019).

Em 2018 o Conselho Federal de psicologia (CFP) cria a resolução nº 01/2018 que determina que os instrumentos e técnicas da psicologia não devem ser utilizados para manter ou reforçar preconceitos e estigmas, em acordo com os estudos internacionais e novos paradigmas acerca do gênero. Essa resolução se deu no mesmo ano em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) liberou a informação de que removeria a transexualidade da Classificação Internacional das Doenças (CID) (Luana Spinillo, 2019).

No Brasil, a Transfobia (o preconceito ou repulsa contra as pessoas trans) é 515

norma por sua constituição heteronormativa e patriarcal, mas também é invisível. Não há dados oficiais das violências contra essa população, nem mesmo dados sobre quantas pessoas trans habitam o país. O que temos são dados de organizações não governamentais como a ANTRA (associação nacional de travestis e transexuais) e a Transgender Europe que estipula que o Brasil seja o país que mais mata transexuais no mundo. Contudo, a violência transfóbica no Brasil não deve ser vista apenas como agressões físicas, mas também por seu caráter simbólico, através de uma cultura que exclui e patologiza essa população, além das discriminações sofridas em instituições educacionais e falta de acesso à saúde (Ruiz, 2019). Quanto a essa realidade inserida no contexto da psicologia, Araújo e Theophilo (2019), argumentam que uma grande dificuldade nasce da falta de conhecimento do profissional sobre questões relativas a essa população, discussão dificilmente presente em sua formação profissional, como nos cursos de graduação.

Araújo e Theophilo (2019), realizaram uma pesquisa quantitativa para avaliar através de questionários as percepções de estudantes de graduação da psicologia quanto a população transgênera. Embora as autoras tenham avaliado em seu resultado que as atitudes dos graduandos tenham sido positivas quanto a esse grupo, alguns dados de sua pesquisa precisam ser destacados: O primeiro é a falta de familiarização dos entrevistados com a temática, sendo que a maioria dos participantes alegou ser pouco ou nada familiarizado com esta. O segundo é relativo aos pensamentos dos participantes quanto a população transgênera, em que 33% relataram achar "estranho", 21% "antinatural", 17% "pecado" e 15% "perturbador" (há a possibilidade de tais respostas serem relatadas pelos mesmos participantes).

É necessário entender esses aspectos históricos e culturais, assim como compreender suas relações, especialmente no meio político-social, visto que, historicamente até os dias atuais, as normas cisgêneras predominam nas políticas de saúde, incluindo a psicologia, o que acaba por perpetuar ideais, pensamentos e comportamentos antiquados, retrógrados e discriminantes nas práticas profissionais. A psicologia pode desempenhar um grande papel como prática nesse meio, considerando que é um campo fundamentado por métodos científicos em torno dos processos mentais e comportamentais do ser humano, podendo dessa forma proporcionar e colaborar na área da saúde, especificamente saúde mental, da comunidade transgênera.

O objetivo geral do presente estudo é compreender o preparo dos estudantes 516

de psicologia e seu discurso em relação a população transgênera, promovendo reflexões e propostas de alternativas frente ao cenário atual, levando em conta as mudanças recentes acerca do discurso sobre esta pelas organizações da área da saúde.

A partir disso, foi formulado o problema de pesquisa “Em que sentidos os estudantes de psicologia da região metropolitana de Porto Alegre se percebem preparados para atuar com a população transgênera e quais discursos são perpetuados em relação a essa população?”, com a finalidade de investigar o preparo acadêmico das instituições, através da grade curricular do curso de psicologia e as demais atividades propostas de workshops e palestras relacionadas ao tema. Com isso, algumas questões norteadoras para nossa pesquisa foram formadas: Como estão inteirados os estudantes de psicologia sobre a população transgênera? De que forma o curso da psicologia forma a visão dos estudantes sobre essa população? Há preconceito ou ignorância por parte dos estudantes, e se sim, isso muda com o passar do curso?

## 2 MÉTODO

A partir disso propomos uma pesquisa qualitativa, pois o enfoque é compreender as perspectivas e a subjetividade dos participantes e nos aprofundarmos em suas opiniões e o que define estas (Sampieri et al., 2013). Envolverá dois grupos focais contendo 7 alunos de psicologia da área metropolitana de Porto Alegre cada, um com alunos antes do quinto semestre e outro com alunos após o quinto semestre, que serão voluntários e recrutados através de redes sociais, sendo selecionados apenas por disponibilidade e semestres cursados, para que tenham o perfil mais diverso dentro do possível. Os voluntários não receberão compensação monetária.

Nesses grupos será conduzida uma entrevista semiestruturada, onde algumas questões serão introduzidas para o grupo, que poderá expressar sua opinião de forma livre e debater com os demais participantes. As pesquisadoras, que atuarão como moderadoras, tentarão incentivar ativamente discussões sob o olhar do método dialógico sem o intuito de que estes cheguem em um consenso, mas que sejam introduzidos à temática e sejam instigados a conhecer mais sobre ela (Barbour, 2011). Essa entrevista terá seu áudio gravado.

- Vocês já ouviram a palavra "transgênero", "trans" ou "travesti"? Onde?

- O que vocês entendem que significa a palavra "transgênero"?
- Essa temática já foi abordada em alguma disciplina ou workshop?
- O que vocês sabem sobre a realidade dessas pessoas?
- Como acham que essa população aparece para atendimento e com quais problemáticas?

### **3 ANÁLISE DE DADOS**

Uma vez obtidas as gravações, será feita uma análise de discurso crítica levando em conta a revisão de literatura buscando compreender sua ideologia como construída social e culturalmente. As gravações serão transcritas, analisadas e organizadas de forma flexível e não linear, priorizando a compreensão das perspectivas em sua inteireza e contexto ao invés da linearidade (Magalhães, 2003).

Os principais aspectos que serão agrupados e analisados serão o próprio discurso, as interações entre os membros e as crenças e ideologias presentes, relacionando tudo isso novamente ao espaço social e cultural brasileiro e ao espaço social e cultural do curso (Salles, 2019).

Para a transcrição dos achados, as falas e expressões dos participantes serão mantidas o mais próximo de como foram ditas o possível, compreendendo, no entanto, que toda leitura é permeada pela voz do leitor, ou seja, a interpretação também é reflexo em parte das crenças de quem a interpreta (Silva & Borges, 2017).

### **4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS**

A pesquisa segue alguns princípios de ética, os quais abordam sobre o papel dos pesquisadores quanto aos participantes, os tratando igualmente e com educação, de modo a respeitar a autonomia e suas devidas necessidades. Assim como deve-se haver explicações sobre todas as etapas da pesquisa, informando e deixando os participantes conscientes sobre todo o processo, pois a pesquisa baseia-se no consentimento informado e em princípios de transparência e veracidade, para que assim sejam evitados mal entendidos e possíveis prejuízos (Flick, 2008). Os participantes, portanto, serão informados que a entrevista será gravada e parcialmente transcrita na análise de dados assim como o fato de que não haverá compensação monetária.

Em relação à participação na pesquisa, é feita de forma voluntária por parte dos participantes que poderão escolher se querem ou não participar de acordo com

o que lhes for apresentado. Outro fator ético que consta, é a questão do sigilo e anonimato sobre os entrevistados, dessa forma mantém-se e protege a integridade dos indivíduos (Ethik-Kodex, 1993, como citado em Flick, 2008). Os participantes deverão assinar um termo de consentimento, onde também constará, além do esclarecimento verbal por parte das pesquisadoras, a possibilidade dos voluntários se retirarem da pesquisa no momento que desejarem.

Nessa questão, conta-se com a participação dos comitês de ética, que são instrumentos importantes pois garantem os padrões éticos durante todo o processo, avaliando o planejamento da pesquisa desde a proposta, os métodos, os direitos dos participantes, de forma a seguir todos os propósitos éticos descritos por Allmark (2002, como citado em Flick, 2008) de qualidade científica, de respeito e preservação da integridade dos participantes.

## 5 EXPECTATIVAS

Esperamos encontrar resultados semelhantes a pesquisa de Araújo e Theophilo (2019) quanto às percepções gerais e nível de conhecimento sobre o assunto, além de um discurso que reproduz demais conceitos explorados em nossa revisão, como a perspectiva exclusivamente binária ou do gênero ligado ao órgão reprodutor, conceitos abordados por Preu (2019).

Como graduandas do curso de psicologia, também esperamos relatos no sentido da existência desse tema de forma difusa e pouco aprofundada nas disciplinas, bem como a existência de workshops cuja participação é opcional, além de uma possível diferença pequena e positiva quanto ao conhecimento sobre o tema e atitudes éticas entre os grupos de disciplinas de início e final do curso.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, E. B., Theophilo, G. L. M. (2019). Transgêneros: Ainda incompreendidos? *Revista docência e cibercultura*, 3(1), 73-101.  
<https://doi.org/10.12957/redoc.2019.39490>
- Barbour, R. (2011). *Grupos focais. Grupo A*.  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536321455>
- Bauer, H., Blume, S., Greenough, P. (2017). *The Hirschfeld Archives: Violence*,



*Death, and Modern Queer Culture*. In Bauer, H., Blume, S., Greenough, P. (Eds),  
From Fragile Solidarities to Burnt Sexual Subjects: At the Institute of Sexual  
Science (pp. 78-101) Philadelphia, Pennsylvania: Temple University Press.

Butler, J. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis Revista de Saúde Coletiva*,  
19(1), 95-126. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100006>

Crocq, M. A. (2022). How gender dysphoria and incongruence became medical  
diagnoses – a historical review. *Dialogues in Clinical Neuroscience*, 23(1). DOI:  
<https://doi.org/10.1080/19585969.2022.2042166>

Flick, U. (2008). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3rd ed.). Grupo A.  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536318523>

Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos* (2ª  
ed). Brasília, DF. Sem versão impressa. Disponível em: <http://issuu.com>

Magalhães, I. (2005). Introdução: A análise de discurso crítica. *DELTA*, 21(3), 1-9.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>

Preu, R. O., Brito, C. F. (2019). Patologização da transexualidade: uma leitura crítica  
das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. *Revista gênero*,  
19(2), 134-154. <https://doi.org/10.22409/rg.v19i2.1254>

Ruiz, M. S. (2019). Aspectos multidisciplinares da violência transfóbica no Brasil.  
*Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília*, 23, 95- 114.  
ISSN 1983-2192

Salles, H. K., Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como  
alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da  
análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, 26(90), 414-  
434. <https://doi.org/10.1590/1984-9260902>

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M.D.P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*

520

(5th ed.). Grupo A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788565848367>

Silva, C. C., Borges, F. T. (2017). Análise temática dialógica como método de análise de dados verbais em pesquisas qualitativas. *Linha crítica*, 22(51), 245-267.

Silva, R. G. L. B. et al (2015). Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Revista de terapia ocupacional da Universidade de São Paulo*, 26(3), 364-372.

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i3p364-372>

Spinillo, L. (2019). Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS.

*Conselho Federal de Psicologia* (online). <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-01-2018/>

Vieira, E. S., Pereira, C. A. S. R., Dutra, C. V., Cavalcanti, C. S. (2019). Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades.

*Psicologia, ciência e profissão* 39(spe3). <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228504>